

O Brasil não *Servida Externa* saca dinheiro

por Getulio Bittencourt
de Washington

O ministro dos Transportes, Affonso Camargo, veio a Washington disposto a fazer um esforço para regularizar as relações do Brasil com o Banco Mundial (BIRD). Ele sabia que não seria fácil. Mas o que ouviu, numa série de conversas francas com o chefe do departamento que inclui o Brasil, Armeane Choksi, foi surpreendente mesmo para a sua expectativa.

São cálculos ainda estimativos. Por eles o Brasil teria sacado apenas cerca de 15% dos últimos US\$ 2 bilhões de empréstimos aprovados pelo BIRD. Segundo disse ontem a este jornal uma fonte do banco, o total acumulado nos últimos anos por todos os tomadores brasileiros e não sacado alcança bem mais que isso, quase US\$ 5 bilhões.

O problema que emerge é que os contratos prevêem uma penalidade, uma taxa que o País tem de pagar para manter o dinheiro ocioso na instituição. No caso do ministério de Camargo apenas, a penalidade estaria custando atualmente US\$ 33 mil por dia, que o País joga no lixo. Ainda recentemente o BIRD cancelou um empréstimo de US\$ 365 milhões para a Eletrobrás, que manteve em sua

carteira durante dois anos, à espera de ajustes de tarifas que o governo não conseguiu fazer.

"O BIRD está finalizando o levantamento para chegar aos números definitivos", disse o ministro ontem a este jornal. "Mas eu sabia que o problema era grave, e vim disposto a encará-lo de frente. Estou me concentrando mais na normalização das relações do País com o banco do que na apresentação de novos projetos, e sei que teremos que demonstrar no período à frente que desta vez promessas serão cumpridas."

Um exemplo específico vem de um empréstimo de recuperação de estradas de US\$ 310 milhões, aprovado há mais de um ano. O Brasil só conseguiu sacar até agora US\$ 40 milhões, e está pagando multas sobre os US\$ 270 milhões remanescentes. Embora sejam todas negativas, existem várias razões para os atrasos do governo brasileiro.

Nem todas são provocadas pelo Poder Executivo. O Congresso, exercitando os novos poderes que lhe concedeu a Constituição de 1988, pode ser responsabilizado por alguns atrasos, segundo as pesquisas de Camargo. A Comissão de Orçamento, por exemplo, pulverizou

(Continua na página 21)

26 JUN 1992

GAZETA MERCANTIL